Docusign Envelope ID: 3280237A-011D-4C3E-8268-DBAB1E05B6F2

AGEO LESTE TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S/A

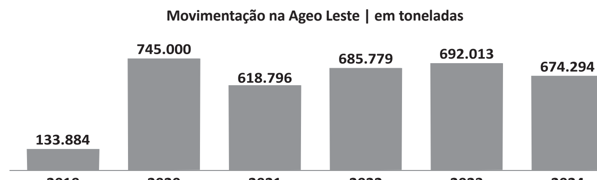
CNPJ/MF nº 17.233.151/0001-92

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2024 E 31 DEZEMBRO DE 2023 - *(Em milhares de Reais)*

Relatório da Administração

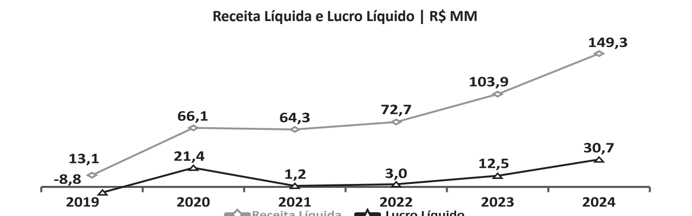
Desempenho Operacional: A Ageo Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Ageo Leste") é controlada pela EBT – Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. ("EBT"), em conjunto com suas demais controladas ("Grupo EBT"). Em 2024, a Ageo Leste movimentou 674.294 toneladas de granéis líquidos, atendendo aos compromissos anuais de Movimentação Mínima Contratual (MMC) previstos nos seus contratos de arrendamentos.

Movimentação na Ageo Leste | em toneladas



A Ageo Leste operou em 2024 com 100% de sua capacidade contratada com contratos *take-or-pay*, com uma carteira de clientes diversificada, de alta qualidade e com baixo risco de crédito.
A receita líquida da Companhia em 2024 foi de R$ 149.257 mil e lucro líquido de R$ 30.682 mil.

Receita Líquida e Lucro Líquido | R$ MM



Demais investimentos: A Companhia mantém um compromisso contínuo com a modernização e adequação dos seus ativos, investindo em manutenção e seguindo seu plano plurianual de investimentos para implementação de medidas de segurança e eficiência operacional do terminal. Esse plano inclui a (i) otimização das plataformas de carga/descarga de caminhões-tanque, inclusive com automação; (ii) capacitação técnica dos colaboradores e (iii) diversidade, programas ambientais e de segurança.
Endividamento e *Covenants:* A Companhia emitiu duas debêntures incentivadas com vencimentos em 2031 e 2032, com saldo devedor de R$ 321.417 mil, considerando o efeito dos instrumentos financeiros derivativos – *Swap*. A EBT é a fiadora dessa emissão e um dos compromissos da dívida ("*covenant*") é a manutenção do índice financeiro consolidado ("Dívida Líquida/EBITDA").
("Alavancagem") inferior a 3,5x. O Grupo EBT encerrou em 2024 com uma alavancagem de 0,34x.
O Grupo EBT, tem em suas debêntures, como um dos *covenants* obrigações não pecuniárias de entregar ao agente fiduciário, em data estabelecida nas escrituras das debêntures, em caso de adiantamentos de dividendos do exercício realizados no primeiro semestre: (i) ITR e (ii) Relatório de asseguração limitada revisado e assinado por empresa de auditoria independente que comprovem os limites de índice financeiro e pagamento de dividendos.

Matheus Ruiz Santiago - Diretor Presidente
Ricardo Wiering de Barros - Diretor Administrativo Financeiro

Balanço patrimonial individual em 31 dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023 - *(Em milhares de Reais - R$)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.486	36.774
Instrumento financeiro derivativo - *swap*	6	-	27.138
Contas a receber	7	9.530	12.145
Outros créditos	8	263	276
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	9	194	2.710
Despesas antecipadas	10	954	889
Total do ativo circulante		**40.427**	**79.932**
Não circulante			
Depósitos judiciais	23	181	47
Instrumento financeiro derivativo - *swap*	6	27.341	-
Imobilizado	12	220.673	203.825
Direito de uso	14.1	19.351	19.210
Intangível	13	163.864	172.262
Total do ativo não circulante		**431.410**	**395.344**
Total do ativo		**471.837**	**475.276**

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Debêntures	15	49.814	330.887
Instrumento financeiro derivativo - *swap*	6	12.994	4.977
Fornecedores	16	822	2.377
Obrigações trabalhistas	17	1.146	1.203
Obrigações tributárias	18	2.906	2.566
Imposto de renda e contribuição social	19	3.972	-
Arrendamentos a pagar	14.2	537	472
Outras contas a pagar	21	6.250	42.030
Total do passivo circulante		**78.441**	**384.512**
Não circulante			
Debêntures	15	285.950	-
Arrendamentos a pagar	14.2	21.235	20.675
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	4.683	4.784
Dividendos a pagar	20	2.960	2.960
Provisão para contingências	23	548	202
Total do passivo não circulante		**315.376**	**28.621**
Patrimônio líquido			
Capital social	24	54.300	54.000
Reserva de capital	24	2.157	623
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	300
Reserva de lucros	24	21.563	7.220
Total do patrimônio líquido		**78.020**	**62.143**
Total do passivo e patrimônio líquido		**471.837**	**475.276**

Demonstração dos resultados

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	26	149.257	103.871
Custo dos serviços prestados	27	(41.392)	(39.802)
Lucro bruto		107.865	64.070
Despesas gerais e administrativas	27	(2.300)	(1.407)
Outras receitas (despesas)	27	(602)	260
Resultado antes do resultado financeiro		104.963	62.923
Despesas financeiras	28	(93.659)	(106.550)
Receitas financeiras	28	35.049	62.530
Resultado financeiro líquido	28	(58.610)	(44.020)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		46.353	18.903
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(15.773)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	101	(6.438)
Lucro líquido do exercício		30.682	12.465
Lucro por ação		0,56	0,23

Demonstração dos resultados abrangentes

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	30.682	12.465
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**30.682**	**12.465**

Demonstração do valor adicionado

Descrição	2024	2023
1 - Receitas	**157.914**	**109.957**
1.1) Vendas de serviços	157.907	109.927
1.2) Outras receitas	7	30
1.3) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	-	-
1.4) Não operacionais	-	-
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	**(12.284)**	**(11.897)**
2.1) Matérias-primas consumidas	-	-
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos	(4.753)	(6.605)
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.532)	(5.292)
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	-	-
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	**145.629**	**98.060**
4 - Retenções	**(22.388)**	**(19.459)**
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	(22.388)	(19.459)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**123.241**	**78.601**
6 - valor adicionado recebido em transferência	**35.048**	**62.531**
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-
6.2) Receitas financeiras	35.048	62.531
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**158.290**	**141.132**
8 - Distribuição do valor adicionado	**158.290**	**141.132**
8.1) Pessoal e encargos	**6.561**	**6.946**
8.1.1) Remuneração direta	4.331	4.561
8.1.2) Benefícios	1.917	2.006
8.1.3) FGTS	313	379
8.2) Impostos, taxas e contribuições	**25.760**	**13.935**
8.2.1) Federais	16.703	7.470
8.2.2) Estaduais	-	-
8.2.3) Municipais	9.057	6.465
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	**95.288**	**107.786**
8.3.1) Juros	93.658	106.550
8.3.2) Aluguéis	1.629	1.236
8.3.3) Outras	-	-
8.4) Remuneração de capitais próprios	**30.682**	**12.465**
8.4.1) Juros s/capital próprio	-	-
8.4.2) Dividendos/distribuição de lucros	14.805	2.960
8.4.3) Lucros retidos do exercício	15.877	9.505

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		30.682	12.465
Ajustes para:			
Depreciação	12.C	12.975	10.024
Amortização	13	8.432	8.408
Amortização - direito de uso	14.1	984	917
Baixa/adição de direito de uso/arrendamento	14	-	54
Encargos e juros sobre debêntures	15	34.544	30.273
Encargos e juros sobre debêntures capitalizados no imobilizado		-	2.548
Comissões sobre debêntures	15	860	857
(Ganho)/Perda - *swap* debêntures	6	23.123	(3.823)
(Reversão) Provisão para contingências	23	346	96
(Reversão) Provisão para PPR	17	427	3
Imposto de renda e contribuição social corrente/diferido	22	15.672	6.438
Baixa no imobilizado	12.b	45	567
Juros sobre arrendamento	14.2	1.557	1.665
Impostos a recuperar sobre receita financeira	-	147	
Variações em:			
Contas a receber	7	2.615	(6.805)
Outros créditos	8	13	2.323
Impostos a recuperar	9	2.516	(130)
Despesas antecipadas	10	(65)	(337)
Depósitos judiciais	23	(134)	(22)
Fornecedores	16	(1.555)	472
Obrigações tributárias	18	341	101
Obrigações trabalhistas	17	(484)	(242)
Outros contas a pagar	21	(35.780)	(20.980)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**97.112**	**45.019**
Imposto de renda e contribuição social pagos	19 e 22	(11.802)	(49)
Pagamento de debêntures - juros/encargos	15	(18.433)	(17.672)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**66.877**	**27.298**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	12.b	(29.868)	(37.802)
Aquisição de intangível	13	(34)	(34)
Caixa restrito		-	15.991
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(29.902)**	**(21.845)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e debêntures - principal	15	(12.094)	-
Pagamento de passivo de arrendamento	14.2	(2.057)	(2.144)
Distribuição de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio	24	(14.805)	-
Pagamento de instrumento financeiro derivativo - *swap*	6	(15.309)	(24.480)
AFAC Adiantamento para futuro aumento de capital		-	300
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(44.265)**	**(26.324)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(7.288)**	**(20.871)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	36.774	57.645
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	29.486	36.774
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(7.288)**	**(20.871)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**54.000**	**-**	**(1.809)**	**-**	**52.191**
Adiantamento para futuro aumento de capital	300	-	-	-	300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.465	12.465
Constituição de reservas	-	623	-	(623)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.960)	(2.960)
Transferência para reserva de lucros	-	-	9.029	(8.882)	147
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**54.300**	**623**	**7.220**	**-**	**62.143**
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**54.300**	**623**	**7.220**	**-**	**62.143**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.682	30.682
Constituição de reserva legal	-	1.534	-	(1.534)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(14.805)	(14.805)
Transferência para reserva de lucros	-	-	14.343	(14.343)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**54.300**	**2.157**	**21.563**	**-**	**78.020**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: Em 28 de setembro de 2018, a AGEO Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia" ou Ageo Leste"), foi vencedora do Leilão nº 5/2018-ANTAQ referente à área STS 13, contígua aos terminais das empresas Ageo e Ageo Norte, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos, com o valor da outorga de R$ 210.000, com 25% do valor a ser pago à vista, e o restante em cinco parcelas anuais de 15% do valor da outorga, corrigidas pelo IPCA. Em dezembro de 2018, o resultado do leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil pelo Contrato de Arrendamento nº 02/2019, o resultado do leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil por um período inicial de 25 anos, o prazo pode ser prorrogado por sucessivas vezes, a exclusivo critério do poder concedente, com limite máximo de 70 anos. A Ageo Leste é Sociedade de Propósito Específico (SPE), controlada integralmente pela Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. (EBT), que assumiu as responsabilidades e os direitos decorrentes do referido leilão. A Ageo Leste tem como objeto social único e exclusivo a exploração do arrendamento da área, infraestruturas e instalação portuária localizada no Porto de Santos, em área de 54.221 m^2 (cinquenta e quatro mil e duzentos e vinte um metros quadrados), situada na Ilha Barnabé, na margem esquerda do Porto de Santos, denominada STS 13, nos termos do Contrato de Arrendamento decorrente do Leilão nº 5/2018-ANTAQ, para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos e realização das atividades a serem desempenhadas pela Arrendatária de forma adequada nos termos do Contrato de Arrendamento, podendo para tal fim: (i) prestar serviços de armazéns gerais, cargas e descargas de caminhões, vagões, navios, operação portuária e demais serviços portuários ou correlatos à movimentação e armazenagem de produtos líquidos a granel; (ii) prestar serviços correlatos às referidas atividades. Em 01 de julho de 2019, a Companhia tomou posse efetiva da área denominada STS 13 e iniciou efetivamente suas operações de armazenagem em outubro de 2019 e possui prazo de arrendamento de 25 anos, ou seja, até 30 de junho de 2044, podendo ser prorrogado sucessivas vezes, a critério do poder concedente, até o limite máximo de 70 anos. As atividades preponderantes da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de armazenagem, movimentação, embarque e desembarque de líquidos a granel, por meio dos modais marítimos e rodoviários. O empreendimento está voltado, sobretudo, para a armazenagem de granéis líquidos, incluindo etanol, produtos aquecíveis, refrigerados, corrosivos, químicos, petroquímicos, combustíveis, ácidos, óleos minerais e vegetais, produtos alimentícios e especialidades para importação e/ou exportação. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 38.013 (R$ 304.580 negativo em 31 de dezembro de 2023) e lucro líquido no período de R$ 30.682 (R$ 12.465 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia aumentou significativamente sua receita operacional neste exercício e pretende manter esta trajetória para o exercício de 2025, fazendo com que seu capital circulante líquido apresente posição positiva ao final de 2025. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro, e se necessário, contará com suporte financeiro da controladora. A Companhia é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. (EBT). **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024 - Reforma Tributária sobre o consumo -** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi criado também um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo Presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*)) atualmente denominadas pela Fundação *IFRS* como "normas contábeis *IFRS*" (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na nota explicativa 4. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As *IFRS* não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas *IFRS*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2025. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Estimativas e julgamentos contábeis críticos -** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **d. Julgamentos críticos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa n° 14.2 –** arrendamentos a pagar: se um contrato contém um arrendamento. **e. Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 7 –** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da perda efetiva. • **Nota explicativa n° 12 –** Vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações. • **Nota explicativa n° 12 –** Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas em relação aos valores recuperáveis. • **Nota explicativa n° 13 –** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis. • **Nota explicativa nº 23 –** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **f. Mensuração do valor justo -** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Administrativo Financeiro. A Companhia revisa regularmente os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/*IFRS*, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração do valor justo está incluída na seguinte nota explicativa: • **Nota explicativa n° 29 -** Instrumentos financeiros. **g. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo. **3. Políticas contábeis materiais -** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira -** Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **b. Receita operacional -** ***Prestação de serviços* -** As receitas operacionais advindas do curso normal das atividades da companhia são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 / *IFRS* 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva. **c. Benefícios a empregados -** ***Benefícios de curto prazo a empregados* -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como custos e despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia também oferece benefício de participação nos lucros, que são mensurados observando critérios e metas estabelecidas. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros pagos como atividades de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa. **e. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / *IAS* 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente* -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou receber com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou receber é reconhecido no balanço patrimonial como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido* -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **f. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração* -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs foi determinado com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes* -** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia efetua julgamentos para definir: (i) a contabilização dos gastos em imobilizado ou em resultado (gastos relacionados a manutenção e que não altera a vida útil do bem); e para (ii) determinar a transferência dos imobilizados em andamento para o imobilizado efetivo, que é fundamental para determinar o momento inicial da depreciação. ***(iii) Depreciação* -** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, limitando-se ao período de arrendamento. A depreciação é reconhecida no resultado, terrenos não são depreciados. As vidas úteis do ativo imobilizado seguem as avaliações efetuadas por empresa especializada, por engenheiros com larga experiência no ramo, onde a maioria dos bens estão em conformidade com as taxas usualmente adotadas. A depreciação está limitada ao prazo final dos contratos de arrendamento junto à Administração da Autoridade Portuária de Santos, uma vez que não está prevista qualquer indenização em relação aos ativos não amortizados. A vida útil está demonstrada na nota explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os bens foram adquiridos a partir de 01 de julho 2019. ***(iv) Intangível* -** A outorga é mensurada pelo custo histórico de aquisição. A amortização é calculada para amortizar o custo do item do ativo intangível utilizando o método linear baseado no prazo do arrendamento. A amortização é reconhecida no resultado. ***(v) Outros intangíveis* -** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***(vi) Amortização* -** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. **g. Instrumentos financeiros -** ***Reconhecimento e mensuração inicial* -** O saldo de contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente* -** *Ativos Financeiros - classificação* - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima (por exemplo, ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo), são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 29). *Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio* - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros* - Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento*** *- Ativos financeiros* - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou sobre o qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros* - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *Compensação* - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Instrumentos financeiros derivativos* - A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos (Swap) com o objetivo de trocar o índice de correção de sua Debênture Incentivada. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. No início das relações de Swap, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. **h. Redução ao valor recuperável (*impairment*) -** ***Ativos financeiros não derivativos* -** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais* - A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente ("VJORA"); e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas ("*forward-looking*"). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento": • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas* - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação* - Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (ORA). A Companhia utilizou metodologia própria para projetar a inadimplência futura através da análise de cenário Político, Ambiental, Social, Tecnológico, Tributário, Econômico, Legal e Regulatório adicionando valor e peso para estes critérios, a inadimplência projetada é de 0,16%. Contribui também com a análise, o nível de acordo de serviço que contempla os contratos com a premissa de *take or pay*, além de multa e juros em caso de atraso. *Baixa* - O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da companhia para a recuperação dos valores devidos. *Ativos não financeiros* - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, e ativos fiscais diferidos são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu essa revisão e não identificou qualquer fator, seja interno ou externo, que requeresse a realização do teste relativo à redução ao valor recuperável (*impairment*). **i. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **j. Arrendamentos -** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento conforme CPC 06(R2) / *IFRS* 16. ***Como arrendatário* -** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2025 22:25:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

Docusign Envelope ID: 3280237A-011D-4C3E-8268-DBAB1E05B6F2

início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da companhia. Geralmente, a companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa média ponderada de desconto foi definida com base nas seguintes premissas: • Taxas de descontos que levam em consideração a média de curvas de custos de debêntures obtidas junto às instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia, ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento a pagar no balanço patrimonial. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos, cujo os impactos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconheceu um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2024, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R$ 19.351 (nota explicativa 14.1) e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R$ 21.772 (nota explicativa 14.2), resultando em um imposto diferido passivo líquido de R$ 823 (nota explicativa 22). De acordo com as alterações, a Companhia apresentou um imposto diferido passivo separado de R$ 7.402 e um imposto diferido ativo separado de R$ 6.579. Não houve impacto sobre os lucros acumulados com adoção das alterações. *Arrendamentos de ativos de baixo valor* - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação dessas demonstrações financeiras. **a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) -** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa 15, a Companhia tem Debêntures que estão sujeitas a *covenants* específicos. **b. Outras normas -** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (Alterações ao CPC 06 / *IFRS* 16). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02 / *IAS* 21). • Demonstração dos Fluxos de caixa (alterações ao CPC 03 / *IAS* 7). • Instrumentos Financeiros: Evidenciação (alterações ao CPC 40 / *IFRS* 7).

5. Caixa e equivalentes de caixa	**2024**	**2023**
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	543	27
Aplicações de liquidez imediata	28.941	36.745
	29.486	**36.774**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que Companhia considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa. As aplicações de liquidez imediata são representadas por Fundos de Investimentos, que foram remunerados, em dezembro de 2024, a uma taxa média de 106,5% a 110,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), que, em dezembro de 2023, tiveram uma taxa média de 103% a 103,5% do CDI, com vencimento inferior a 90 dias; e por Operações Compromissadas, remuneradas em 31 de dezembro de 2024 a uma taxa média de 88,5% do CDI (80% em 31 de dezembro de 2023), estando sujeitas a um baixo risco de mudança de valor. As informações sobre a exposição da Companhia e riscos de crédito e de mercado sobre a mensuração a valor justo estão incluídas na nota explicativa 29 de Instrumentos Financeiros.

6. Instrumentos financeiros derivativos	**2024**	**2023**
Ganho *swap*	27.371	27.138
Perda *swap*	(12.994)	(4.977)
Ativo financeiro derivativo líquido	**14.347**	**22.161**
Ativo circulante	-	27.138
Ativo não circulante	27.341	-
Passivo Circulante	12.994	4.977
Passivo não circulante	-	-
	14.347	**22.161**

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro 2024:

Saldo em 31 em dezembro de 2023	**22.161**
Pagamento swap	15.309
Perda swap	(52.664)
Ganho swap	29.541
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**14.347**

A Companhia mantém operação para troca de índices das debêntures cuja remuneração é IPCA mais juros de 4,475% a.a. para CDI + 1,44% a.a., para a primeira emissão, e IPCA mais juros de 6,6073% a.a. para e CDI + 0,65% a.a. para a segunda emissão. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 29.

7. Contas a receber	**2024**	**2023**
Clientes nacionais	9.135	12.145
Clientes no exterior	395	-
Total	**9.530**	**12.145**
(-) Provisão para perda de crédito esperada	-	-
Total	**9.530**	**12.145**

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes está demonstrada abaixo:

Aging list

	2024	**2023**
Títulos a vencer até 30 dias	9.530	12.145

8. Outros créditos	**2024**	**2023**
Adiantamentos a fornecedores	166	243
Créditos com funcionários	11	30
Outras contas a receber	86	3
	263	**276**

9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**2024**	**2023**
IRPJ e CSLL a recuperar	194	2.710
	194	**2.710**

10. Despesas antecipadas	**2024**	**2023**
Prêmios de seguros (a)	954	889
	954	**889**

(a) Referem-se aos seguros garantia, seguro de operador portuário, seguro de riscos nomeados, seguro de riscos ambientais, seguro empresarial, seguro fiança e seguro D&O.

11. Transações com partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas e colaboradores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta saldo a receber no valor de R$ 76 e a pagar no valor de R$ 191.

12. Imobilizado

a. Composição do imobilizado	2024				2023
	Vida útil (em anos)	**Custo**	**Depreciação acumulada (a)**	**Líquido**	**Líquido**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 a 22	20.701	(2.637)	18.064	16.373
Bens e equipamentos de operação	5 a 10	187.051	(36.997)	150.054	141.944
Móveis e utensílios	10	155	(29)	126	361
Equipamentos de informática	3	447	(208)	239	163
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação	-	52.190	-	52.190	44.984
Total		**260.544**	**(39.871)**	**220.673**	**203.825**

b. Movimentação do custo	**2023**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2024**
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	17.836	-	(8)	2.873	20.701
Bens e equipamentos de operação (a)	167.175	12	(19)	19.884	187.051
Equipamentos de informática	405	17	-	(267)	155
Móveis e utensílios	326	91	-	30	447
Imobilizado em construção – Bens equipamentos de operação (b)	44.984	29.748	(22)	(22.520)	52.190
Total	**230.725**	**29.868**	**(49)**	**-**	**260.544**
	2022	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2023**
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	17.794	-	-	42	17.836
Bens e equipamentos de operação (a)	130.055	180	(42)	36.982	167.175
Equipamentos de informática	191	31	-	105	326
Móveis e utensílios	317	64	-	24	405
Imobilizado em construção - Bens equipamentos de operação (b)	45.135	37.527	(525)	(37.153)	44.984
Total	**193.491**	**37.802**	**(567)**	**-**	**230.725**

(a) Em julho de 2019, a Companhia avaliou as vidas úteis dos seus ativos. A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros e bens e equipamentos de operação são realizadas tomando como base os prazos de vida útil, limitados aos períodos de julho de 2019 a junho de 2044 dos contratos de arrendamentos junto à Administração da Autoridade Portuária de Santos. (b) As imobilizações em andamento referem-se aos bens e equipamentos de operação em construção (ampliação e atualização). O saldo registrado em 31 de dezembro de 2024 refere-se substancialmente: i. montante de R$ 14.806 - Instalações elétricas geral, equipamentos, componentes, painéis elétricos e serviço de instalação do Revamp do sistema elétrico geral do terminal, incluindo as novas subestações, centros de comando de motores; ii. montante de R$ 10.206 - Instalações mecânicas geral, equipamentos para automatização da plataforma, válvulas de bloqueio para tubulações de tanques, materiais e serviços para reforma dos tanques e tubulações; iii. montante de R$ 5.502 - Adequação da plataforma, instalações de Revamp completo da plataforma 2, considerando desmontagem das instalações existentes e instalações de novas estruturas metálicas, tubulações e equipamentos, de forma a operar também para descarga, bem como todas as operações de carregamento por sistema automatizado e com vazões de até 120 m³/h. Inclusa nova pavimentação; iv. montante de R$ 3.903 - Juros a capitalizar sobre debêntures; v. montante de R$ 3.359 - Atuadores, painéis eletropneumáticos, remotas, infraestrutura e mão de obra para instalação de válvulas atuadas no terminal, para atendimento a legislação da ANP; vi. montante de R$ 3.164 - Bombas de produção Bacia 1, Novas bombas centrifugas e sistema de selagem para as mesmas para adequação do sistema de bombeamento de produto; vii. montante de R$ 2.184 - Monitoramento sistema vapor, componentes de painéis analisadores e infraestrutura para medição da inflamabilidade do espaço vapor dos tanques, atendimento ao órgão ambiental CETESB.

c. Movimentação da depreciação acumulada

	2023	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2024**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.463)	(973)	1	(202)	(2.637)
Bens e equipamentos de operação	(25.230)	(11.936)	3	166	(36.997)
Equipamentos de informática	(163)	(45)	-	-	(208)
Móveis e utensílios	(44)	(21)	-	36	(29)
Total	**(26.900)**	**(12.975)**	**4**	**-**	**(39.871)**
	2022	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2023**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(646)	(817)	-	-	(1.463)
Bens e equipamentos de operação	(16.083)	(9.148)	-	-	(25.230)
Equipamentos de informática	(138)	(25)	-	-	(163)
Móveis e utensílios	(10)	(34)	-	-	(44)
Total	**(16.877)**	**(10.024)**	**-**	**-**	**(26.900)**

13. Intangível

a. Composição do Intangível

	2024				2023
	Vida útil (em anos)	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Outorga – STS13 (a)	25	210.000	(46.200)	163.800	172.200
Outros intangíveis (b)	2	361	(297)	64	62
Total		**210.361**	**(46.497)**	**163.864**	**172.262**

b. Movimentação do custo	**2023**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2024**
Outorga – STS13 (a)	210.000	-	-	-	210.000
Outros intangíveis (b)	327	34	-	-	361
Total	**210.327**	**34**	**-**	**-**	**210.361**
	2022	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2023**
Outorga – STS13 (a)	210.000	-	-	-	210.000
Outros intangíveis (b)	293	34	-	-	327
Total	**210.293**	**34**	**-**	**-**	**210.327**

(a) Em 28 de setembro de 2018, a Companhia foi vencedora do Leilão nº 5/2018-ANTAQ, referente à área STS 13, contígua aos terminais das partes relacionadas a AGEO e AGEO Norte, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos e em dezembro de 2018, o resultado do Leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com o valor da outorga de R$ 210.000, por um período inicial de 25 anos, a partir da data de assunção seu prazo pode ser prorrogado por sucessivas vezes, a exclusivo critério do poder concedente, até o limite máximo de 70 anos. (b) Refere-se a sistemas, aplicativos e softwares.

c. Movimentação da amortização acumulada	**2023**	**Adições**	**Baixas**	**2024**
Outorga – STS13	(37.800)	(8.400)	-	(46.200)
Outros intangíveis	(265)	(32)	-	(297)
Total	**(38.065)**	**(8.432)**	**-**	**(46.497)**
	2022	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Outorga – STS13	(29.400)	(8.400)	-	(37.800)
Outros intangíveis	(257)	(8)	-	(265)
Total	**(29.657)**	**(8.408)**	**-**	**(38.065)**

Provisão para redução no valor recuperável (impairment) - Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC – 01 R1 / *IAS* 36 - Redução ao valor recuperável de ativos e não identificou qualquer indicativo que requeresse a realização de teste de *impairment*.

14. Ativo de direito de uso e arrendamentos a pagar: Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide nota explicativa 12). A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demostrada a seguir:

14.1. Ativos de direito de uso

Ativo	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15.021**
Adições	7.703
Baixas	(2.597)
Amortização	(917)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**19.210**
Adições	1.132
Baixas	(7)
Amortização	(984)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**19.351**

14.2 Arrendamentos a pagar

Passivo	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**16.446**
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(2.144)
Adição de arrendamento	7.703
Baixas de arrendamento	(2.543)
Apropriação de juros	1.665
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**21.147**
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(2.057)
Adição de arrendamento	1.132
Baixas de arrendamento	(7)
Apropriação de juros	1.557
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**21.772**
Passivo circulante	537
Passivo não circulante	21.235
	21.772

A área arrendada no Porto de Santos está sob a administração da Autoridade Portuária de Santos e opera por meio de arrendamentos operacionais. O contrato teve início em 01 de julho de 2019 e possui prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado sucessivas vezes até completar 70 anos, finalizando a primeira vigência em março de 2044. Os pagamentos do arrendamento são reajustados anualmente pelo IPCA. Além disso, há contrato de aluguel de tanque criogênico, para uso nas atividades da Companhia, cujos prazos de arrendamento vão até março de 2044, mesmo período do contrato de arrendamento. Durante o ano de 2024 não foram celebrados novos contratos, houve atualização da contraprestação de contratos preexistentes no montante de R$ 1.132 e baixa de contrato no valor de R$ 7.

14.3. Valores reconhecidos no resultado

Arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16	**2024**	**2023**
Juros sobre arrendamento	1.557	1.665
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	1.632	1.236
Amortização	984	917
	4.173	**3.818**

14.4. Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

	2024	**2023**
Juros sobre arrendamento	1.557	1.665
Arrendamentos pagos	(2.057)	(2.144)
Amortização	984	917
	484	**438**

14.5. Valores sem efeito caixa	**2024**	**2023**
Juros sobre arrendamento	1.557	1.665
Amortização	984	917
	2.541	**2.582**

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 7,38% ao ano para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas da Companhia no mercado com prazos e vencimento equivalentes.

15. Debêntures

	Encargos financeiros				
Descrição	**Tipo**	**Taxa anual de juros**	**2024**	**2023**	**Vencimento**
Debêntures não conversíveis (a)	Pós-fixado	IPCA + 4,475%	173.151	176.363	15/07/2031
Debêntures não conversíveis (b)	Pós-fixado	IPCA + 6,6073%	162.613	154.524	15/06/2032
Total			**335.764**	**330.887**	
Passivo circulante			49.814	330.887*	
Passivo não circulante			285.950	-	

(a) Primeira emissão de debêntures na Ageo Leste integralizada em 15 de junho de 2021 - R$ 150.000 mediante emissão de 150.000 debêntures simples com o valor nominal de R$ 1.000 cada. (b) Segunda emissão de debêntures na Ageo Leste integralizada em 15 de julho de 2022 - R$ 150.000 mediante emissão de 150.000 debêntures simples com o valor nominal de R$ 1.000 cada. * Em 30 de setembro de 2023, a parcela registrada no passivo não circulante foi reclassificada para o passivo circulante por conta de cumprimento intempestivo de obrigação não pecuniária de entrega, já sanado, de relatório de asseguração limitada prevista nas escrituras de debêntures do Grupo EBT, entregue ao agente fiduciário em 17 de janeiro de 2024. Na data de emissão deste relatório as dívidas com vencimento no longo prazo foram reclassificadas no passivo não circulante, para compatibilizá-las aos fluxos previstos nas escrituras das debêntures. A parcela registrada no passivo não circulante é demonstrada a seguir, por ano de vencimento:

Ano	**Valor**
2026	45.889
2027	45.858
2028	34.775
2029	45.816
2030	45.816
2031	46.000
2032	21.795
Total	**285.950**

Características das Debêntures - 1ª Emissão de Debêntures (Ageo Leste) - Forma e Espécie - Espécie Quirografária com garantia Fidejussória. **Valor Nominal Unitário** - R$ 1.000,00 (hum mil reais). **Quantidade Emitida** - 150.000 (cento e cinquenta mil). **Valor Total da Emissão** - R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). **Garantias - Garantia Fidejussória –** Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Fiadora presta fiança nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. **Prazo e Data de Vencimento –** As debêntures terão prazo de vigência de 121 (cento e vinte e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2031. **Forma de Amortização** - Será amortizado em 15 (quinze parcelas) semestrais, vencendo sempre no dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho de cada ano, conforme cronograma, sendo a primeira parcela devida em 15 de julho de 2024 e a última na data de vencimento 15 de julho de 2031. **Atualização Monetária -** O valor nominal unitário ou saldo de valor nominal unitário, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data da integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). **Juros Remuneratórios -** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 4,475% (quatro inteiros quatrocentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios"), conforme 1º Aditamento da Escritura de Emissão. **Juros 2ª Série:** *Swap* com Itaú - Juros de 1,44% a.a. + CDI. **2ª Emissão de Debêntures (Ageo Leste) - Forma e Espécie** - Espécie Quirografária com garantia Fidejussória. **Valor Nominal Unitário** - R$ 1.000,00 (hum mil reais). **Quantidade Emitida -** 150.000 (cento e cinquenta mil). **Valor Total da Emissão -** R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). **Garantias - Garantia Fidejussória –** Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Fiadora presta fiança nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. **Prazo e Data de Vencimento –** As debêntures terão prazo de vigência de 120 (cento e vinte) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2032. **Forma de Amortização -** Será amortizado em 15 (quinze parcelas) semestrais, vencendo sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme cronograma, sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2025 e a última na data de vencimento 15 de junho de 2032. **Atualização Monetária -** O valor nominal unitário ou saldo de valor nominal unitário, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data da integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). **Juros Remuneratórios -** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding,* limitado à maior taxa entre: (i) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet, a ser apurada no fechamento do dia útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* ou (ii) 6,15% (seis inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis,* desde a data de início da rentabilidade ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. **Juros 2ª Série:** *Swap* com Itaú - Juros de 0,65% a.a. + CDI. Abaixo as movimentações ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**314.881**
Comissões s/debêntures	857
Pagamento juros	(17.672)
Juros capitalizados no imobilizado	2.548
Atualização monetária e juros	30.273
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**330.887**
Comissões s/debêntures	860
Pagamento juros	(18.433)
Atualização monetária e juros	34.544
Pagamento de principal	(12.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**335.764**

Cláusulas contratuais restritivas ("*covenants*") - A Companhia possui contrato de debêntures que estabelece "*covenants*" financeiros e qualitativos, normalmente aplicáveis a esses tipos de operações. O endividamento líquido/*EBITDA* ajustado consolidado ao final de cada exercício deve estar limitado a 3,5 vezes. Em junho de 2021, os *covenants* foram alterados através de aditamento da escritura das debêntures da Companhia para: **(1)** Aumentar o limite máximo de alavancagem de 2,0 vezes para 3,5 vezes a relação dívida líquida/*EBITDA;* e **(2)** Permitir a opção para distribuir semestralmente dividendos, juros sobre capital próprio, resgate de quotas ou amortização/resgate de ações conforme aplicável, bonificações em dinheiro ou quaisquer outros tipos de remuneração/participação. Em 31 de dezembro de 2024, o limite de distribuição de dividendos/lucros, por parte da controladora é de 25% do lucro líquido consolidado da EBT que totaliza R$ 50.576 ou até R$ 83.228, o maior valor entre eles de acordo com a cláusula de aditamento da escritura de debêntures. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as obrigações restritivas (*covenants*), a Companhia está cumprindo todas as obrigações.

16. Fornecedores: Os fornecedores da Companhia são de materiais e serviços utilizados na operação, todos de origem nacional.

	2024	**2023**
Fornecedores nacionais	822	2.377
Total	**822**	**2.377**

17. Obrigações trabalhistas	**2024**	**2023**
Provisão de férias, 13º e encargos	514	521
PPR- Programa de participação nos resultados (a)	381	311
INSS na fonte s/serviços	99	200
INSS s/folha a recolher	113	117
FGTS a recolher	34	37
Contribuição sindical/assistencial	3	3
Outros	2	14
Total	**1.146**	**1.203**

(a) O PPR é baseado em metas gerais e específicas para os setores e colaboradores, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento das pessoas e da Companhia. São avaliados *Scorecard* de Operação, Melhoria Contínua, Qualidade e Recursos Humanos, atribuindo peso e escala a cada meta preestabelecida.

18. Obrigações tributárias	**2024**	**2023**
Passivo circulante		
COFINS a recolher	1.308	1.207
ISS faturamento	1.175	858
PIS a recolher	281	261
IRRF a recolher	49	67
CSLL/PIS/COFINS retidos na fonte	52	99
ISS retido na fonte	41	74
Total	**2.906**	**2.566**

19. Imposto de renda e contribuição social	**2024**	**2023**
IRPJ a recolher	2.898	-
CSLL a recolher	1.073	-
Total	**3.971**	**-**

20. Dividendos a pagar	**2024**	**2023**
Dividendos a pagar	2.960	2.960
Total	**2.960**	**2.960**
Passivo não circulante	2.960	2.960
Total	**2.960**	**2.960**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o montante de R$ 14.805 de dividendos.

21. Outras contas a pagar	**2024**	**2023**
Outorga a pagar (a)	-	41.993
Outras contas a pagar (b)	6.250	37
Total	**6.250**	**42.030**
Passivo circulante	**6.250**	**42.030**
Passivo não circulante	**-**	**-**

(a) Conforme nota explicativa nº 1, em 28 de setembro de 2018, a controlada AGEO Leste foi vencedora do Leilão nº 5/2018-ANTAQ, referente à área STS 13, contígua aos terminais das controladas AGEO e AGEO Norte, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos, com o valor da outorga de R$ 210.000. Em dezembro de 2018, o resultado do Leilão foi homologado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. O pagamento da Outorga, foi efetuado em cinco parcelas de R$ 31.500, atualizadas monetariamente pelo IGPM, sendo a última parcela paga em 07/2024. (b) Refere-se a valores de apólices de seguros, honorários advocatícios a pagar e adiantamento de clientes.

22. Imposto de renda e contribuição social

a. O imposto de renda e a contribuição social correntes são compostos a seguir:	**2024**	**2023**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	46.353	18.903
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
(+/-) Diferenças temporárias	9.444	(27.724)
(+/-) Diferenças permanentes	(97)	128
Base do lucro real	**55.700**	**(8.694)**
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	**(8.790)**	**-**
	46.910	**(8.694)**
Alíquota aplicável	34%	34%
Débito fiscal apurado pelo lucro real	15.950	-
Efeito líquido de comp. PF/BN e redutor IRPJ Adicional	(24)	-
Efeito de impostos diferidos	(101)	6.438
Incentivo fiscal – Doação	(153)	-
	15.672	**6.438**
Imposto de renda e contribuição social no resultado - corrente	(15.773)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado - diferido	101	(6.438)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	**(15.672)**	**(6.438)**
Alíquota efetiva	34%	34%

b. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos a seguir:	**2024**	**2023**
Comissão debêntures	2.776	3.149
Prejuízo fiscal	-	(8.790)
Provisão para contingências	(547)	(202)
Direto de uso do CPC 06 (R2) – IFRS 16	19.351	2.606
Efeitos tributários líquidos s/ CPC 06 (R2) – IFRS 16	(21.772)	(4.543)
Derivativo swap	14.347	22.161
Reversão dissidio e provisão PPR	(381)	(311)
Base de cálculo do imposto diferido	**13.774**	**14.070**
Alíquota de Imposto de renda e contribuição social - 34%	34%	34%
Impostos diferidos	**4.683**	**4.784**

23. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Durante o curso normal dos negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos trabalhistas em discussão. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrados, no passivo não circulante, os seguintes valores a título de provisão para cobrir eventuais riscos prováveis de perda, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos:

	2024	**2023**
Processos trabalhistas	548	202
Total	**548**	**202**

Trabalhistas - Refere-se a discussões trabalhistas de caráter remuneratório e indenizatório. A Companhia provisionou o saldo de R$ 548 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 202 em 31 de dezembro de 2023) com base no parecer dos assessores jurídicos, avaliados com risco de perda provável.

Movimentação da provisão para contingências	**2024**	**2023**
No início do exercício	**202**	**106**
Reversões/baixas (a)	(312)	-
Complemento de provisão	19	16
Novas provisões	639	80
No fim do exercício	**548**	**202**

(a) Refere-se à reversão na avaliação de probabilidade de perda de provisão e baixas por pagamento de processos. **Causas possíveis de perda -** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte passiva em processos judiciais avaliados por seus assessores jurídicos como possíveis de perda no montante de R$ 594 (R$ 165 em 31 de dezembro de 2023) em causas cíveis e trabalhistas de diversas naturezas, tais como pagamento de horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, adicional noturno etc., que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas. **Depósitos judiciais -** Os depósitos judiciais relacionados a ações trabalhistas montam respectivamente em R$ 181 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 47 em 31 de dezembro de 2023), está demonstrado no ativo não circulante. **24. Patrimônio líquido: Capital social -** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 54.300 (R$ 54.000 em 31 de dezembro de 2023). **Reserva de lucros -** O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 21.563 (R$ 7.220 em 31 de dezembro de 2023). Nos termos do art. 199 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas atualizações), o saldo da reserva de lucros não poderá ultrapassar o capital social. **Reserva legal -** O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.157 (R$ 623 em 31 de dezembro de 2023). É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas atualizações), até o limite de 20% do capital social. **Distribuição de lucros -** No exercício de 2024, a Companhia não distribuiu dividendos, assim como em 2023. **Dividendos -** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu o valor de R$ 14.805 (R$ 2.960 em 31 de dezembro de 2023). Constituído à razão de 25%, no mínimo, do lucro líquido após as aplicações em Reserva Legal, apurado em cada exercício social nos termos do art. 194 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas atualizações).

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	**30.529**	**12.465**
(-) Reserva legal – 5%	(1.534)	(623)
Base para dividendos	29.148	11.842
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	7.287	2.960
Dividendos constituídos	14.804	2.960

25. Obrigações legais e contratuais: A Companhia possui determinadas obrigações legais e contratuais, ligadas aos arrendamentos das áreas sob Administração da Autoridade Portuária de Santos, onde detém os direitos de exploração e uso de Instalações Portuárias e Infraestruturas Públicas localizadas dentro do Porto Organizado, com utilização de área, obrigações estas que vão além da regularidade quanto aos pagamentos mensais estabelecidos em contrato, e que devem ser cumpridas sob pena de rescisão do contrato de arrendamento entre as partes. A Companhia assumiu compromissos, decorrentes do contrato de arrendamento, de realizar mensalmente o pagamento a título de aluguel pela exploração das áreas arrendadas durante o período do contrato, os quais são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, por se tratar de arrendamentos operacionais. A Companhia também efetua pagamentos mensais por outros serviços prestados pela Autoridade Portuária de Santos baseados em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias. O terminal AGEO Leste possui compromisso anual de Movimentação Mínima Contratual (MMC) de granéis líquidos, sendo contabilizada através das operações de embarque e desembarque marítimo. A MMC da AGEO Leste é de 704.000 toneladas para o ano de 2024 (ano 6), conforme contrato de arrendamento nº 02/2019. No ano de 2024, a AGEO Leste movimentou 674.294 toneladas, que representa aproximadamente 4,22% abaixo da MMC. As instalações em exploração e os bens de propriedade da Administração da Autoridade Portuária de Santos devem ser mantidas em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações, serão transferidas à Administração da Autoridade Portuária de Santos após o término ou a extinção do contrato de arrendamento, sem qualquer indenização. A Companhia está adimplente com as atuais obrigações legais e contratuais junto à Administração da Autoridade Portuária de Santos.

26. Receita operacional líquida

	2024	**2023**
Receita bruta		
Prestação de serviços - Mercado interno (a)	163.033	121.135
Prestação de serviços - Mercado externo (b)	9.954	-
	172.987	**121.135**
Deduções		
ISS	(8.649)	(6.057)
PIS	(2.690)	(1.999)
COFINS	(12.391)	(9.208)
(-) Impostos incidentes	**(23.730)**	**(17.264)**
Receita operacional líquida	**149.257**	**103.871**

(a) A variação entre os períodos decorre, principalmente, em razão da melhoria operacional através do remanejamento de produtos e clientes com maior valor agregado. (b) Serviços prestados em território nacional para clientes do exterior.

27. Custos e despesas operacionais por natureza

	2024	**2023**
Pessoal	(7.592)	(7.978)
Depreciação e amortização	(21.404)	(18.432)
Amortização - Direito de uso	(984)	(1.027)
Serviços de atracação e movimentação de cargas	(4.629)	(4.773)
Serviços contratados	(3.869)	(3.138)
Utilização de serviços	(1.792)	(1.808)
Consumo de materiais	(1.333)	(1.630)
Arrendamento operacional	(1.632)	(1.236)
Ocupação	(409)	(411)
Seguros contratados	(1.338)	(1.033)
Manutenção e conservação de instalações	(798)	(707)
Despesas tributárias	(152)	(92)
(Provisão)/reversão de contingências	(345)	291
Utilidades	(1)	(2)
Outros custos/despesas	(980)	(514)
Indenizações	(33)	-
Crédito de PIS e COFINS (a)	2.997	1.541
Total	**(44.294)**	**(40.949)**
Custos dos serviços prestados	(41.392)	(39.802)
Despesas gerais e administrativas	(2.300)	(1.407)
Outras receitas (despesas)	(602)	260
Total	**(44.294)**	**(40.949)**

(a) Créditos de PIS e COFINS não cumulativos sobre aquisição de materiais e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços de armazenagem e correlatos, conf. Leis nºs 10.637/2002 – PIS e 10.833/2003 – COFINS.

28. Resultado financeiro líquido	**2024**	**2023**
Despesas financeiras		
Comissões sobre debêntures	(860)	(858)
Encargos e juros sobre debêntures	(34.543)	(30.273)
Perda *swap*	(52.664)	(52.726)
Variação monetária passiva	(1.043)	(20.283)
Outras despesas financeiras	(2.991)	(619)
Juros sobre arrendamentos	(1.557)	(1.792)
	(93.659)	**(106.550)**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.390	5.460
Variação cambial ativa	342	-
Juros ativos	773	504
Ganho *swap*	29.541	56.549
Outras receitas financeiras	3	17
	35.049	**62.530**
Resultado financeiro líquido	**(58.610)**	**(44.020)**

29. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros - *Visão geral* - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são apresentados a seguir. **29.1. Classificação dos instrumentos financeiros -** Apresentamos a seguir uma tabela de comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, bem como suas categorias:

				31/12/2024		
Ativos financeiros	**Nota**	**Categoria**	**Nível**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Total em 31/12/2024**
Ativo circulante						
Caixa e bancos	5	Custo amortizado	2	545	545	545
Aplicações financeiras	5	Valor justo por meio do resultado	2	28.941	28.941	28.941
Contas a receber	7	Custo amortizado	2	9.530	9.530	9.530
Outros créditos	8	Custo amortizado	2	263	263	263
				39.279	**39.279**	**39.279**
Ativo não circulante						
Derivativos swap	6	Valor justo por meio do resultado	2	27.341	27.341	27.341
				27.341	**27.341**	**27.341**
Passivos financeiros						
Passivo circulante						
Arrendamentos	14.2	Custo amortizado	2	537	537	537
Debêntures	15	Custo amortizado	2	49.814	49.814	49.814
Derivativos – swap	6	Valor justo por meio de resultado	2	12.994	12.994	12.994
Fornecedores	16	Custo amortizado	2	822	822	822
Outras contas a pagar	21	Custo amortizado	2	6.250	6.250	6.250
				70.417	**70.417**	**70.417**
Passivo não circulante						
Arrendamentos	14.2	Custo amortizado	2	21.235	21.235	21.235
Debêntures	15	Custo amortizado	2	285.950	285.950	285.950
				307.185	**307.185**	**307.185**

				31/12/2023		
Ativos financeiros	**Nota**	**Categoria**	**Nível**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Total em 31/12/2023**
Ativo circulante						
Caixa e bancos	5	Custo amortizado	2	29	29	29
Aplicações financeiras	5	Valor justo por meio do resultado	2	36.745	36.745	36.745
Derivativos *swap*	6	Valor justo por meio do resultado	2	27.138	27.138	27.138
Contas a receber	7	Custo amortizado	2	12.145	12.145	12.145
Outros créditos	8	Custo amortizado	2	276	276	276
				76.333	**76.333**	**76.333**
Passivos financeiros						
Passivo circulante						
Arrendamentos	13.2	Custo amortizado	2	472	472	472
Debêntures	14	Custo amortizado	2	330.887	330.887	330.887
Derivativos – *swap*	6	Valor justo por meio de resultado	2	4.977	4.977	4.977
Fornecedores	16	Custo amortizado	2	2.377	2.377	2.377
Outras contas a pagar	21	Custo amortizado	2	42.030	42.030	42.030
				380.743	**380.743**	**380.743**
Passivo não circulante						
Arrendamentos	14.2	Custo amortizado	2	20.675	20.675	20.675
				20.675	**20.675**	**20.675**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos: • Contas a receber e outros recebíveis e fornecedores se aproximam de seu valor contábil, em grande parte, em razão do vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data de encerramento das obrigações contratuais. **Hierarquia de valor justo -** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços). Saldo contábil: aplicações financeiras, saldo a receber de clientes e passivo circulante. • **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Técnicas de avaliação utilizadas para valorizar instrumentos financeiros, conforme a regra do nível 2. • **Nível 2 -** A mensuração ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, despesa de juros, ganhos e perdas cambiais ou qualquer ganho ou perda no desreconhecimento são reconhecidos no resultado. As operações de Derivativos contratadas para *SWAP* de indexadores das Debêntures são marcadas a mercado com seus fluxos de pagamentos projetados descontados pela taxa de mercado. Para a **Ponta Ativa** em IPCA, os fluxos das amortizações são projetados aplicando apenas o *Spread* para cálculo das parcelas devidas até o fim dos contratos. Cada parcela projetada é trazida a valor presente utilizando a curva DI x IPCA da B3 para primeira emissão, e a curva ETTJ ANBIMA para segunda emissão, interpoladas exponencialmente, obtendo-se assim o Valor Presente de Mercado do fluxo da Ponta Ativa. Para a **Ponta Passiva** em CDI, projeta-se o fluxo das amortizações através da curva DI x Pré da B3, interpolada exponencialmente, acrescida de *Spread*, para cálculo das parcelas devidas até o fim dos contratos. Cada parcela projetada é trazida a valor presente utilizando a mesma curva DI x Pré, obtendo-se assim o Valor Presente de Mercado do fluxo da Ponta Passiva. A Posição *MTM* das operações de derivativos da Companhia é calculada, então, pela diferença entre os Valores Presentes da Ponta Ativa e da Ponta Passiva. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como nível 3. Não há *inputs* não observáveis significativos aplicados. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. ***Estrutura de gerenciamento de riscos* - Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Exposição a riscos de crédito -** *Caixa e equivalentes de caixa* - A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R$ 545 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 29 em 31 de dezembro de 2023), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de grande porte. *Aplicações financeiras* - A Companhia detinha aplicações financeiras no montante de R$ 28.941 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 36.745 em 31 de dezembro de 2023), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras de grande porte com *rating* brAAA. *Contas a receber* - A Companhia detinha contas a receber de R$9.530 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 12.145 em 31 de dezembro de 2023), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. As políticas de prestação de serviços e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2025 22:26:09 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

Docusign Envelope ID: 3280237A-011D-4C3E-8268-DBAB1E05B6F2

decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). Na nota explicativa n° 7 estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento. ***Derivativos -*** Os derivativos são contratados com o banco Itaú que possui *rating* brAAA (estável), pela agência de *rating* de crédito *S&P Ratings*. ***Risco de preços -*** A Companhia considerada baixo o risco de preços, por serem pactuados junto aos clientes no momento da celebração do contrato e que, normalmente, possuem prazos que variam de no mínimo um a três anos, e os preços são corrigidos, anualmente, pelos índices IPCA ou IPA-DI. ***Risco de liquidez -*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa futuro não descontados) são os seguintes:

	31/12/2024						
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 5 e 6 anos	Maior que 7 anos	Valor estimado	Valor contábil
Debêntures	75.370	77.585	139.610	120.871	65.471	478.907	335.764
Fornecedores	822	-	-	-	-	822	822
Instrumento financeiro	12.994	-	-	-	-	12.994	12.944
Arrendamentos	537	1.189	1.371	1.581	17.094	21.772	21.772
Outras contas a pagar	6.250	-	-	-	-	6.250	6.250
	95.973	**78.774**	**140.981**	**122.452**	**82.565**	**520.745**	**377.602**

Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela administração da Empresa. ***Risco cambial -*** A Companhia está sujeito ao risco de moeda em parte de suas receitas denominadas em uma moeda diferente do Real (R$), em dólar americano (USD). O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecido pela Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

	2024		2023	
	R$	USD	R$	USD
Contas a receber	**395**	**64**	**-**	**-**
Exposição	395	64	-	-

	2024		2023	
	R$	USD	R$	USD
Arábia Saudita	**395**	**64**	**-**	**-**
Exposição	**395**	**64**	**-**	-

A Administração da Companhia entende que a exposição a moeda estrangeira é imaterial e qualquer variação significativa nas taxas de dólar não causariam impactos significativos para a Companhia, por isso, não está sendo divulgada a análise de sensibilidade de risco cambial. ***Risco de taxa de juros -*** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI e IPCA. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Exposição - Taxa de juros	**Saldo contábil**	**Risco**	**Provável**	**25%**	**(25%)**	**50%**	**(50%)**
IPCA			5,76%	7,20%	4,32%	8,64%	2,88%
Debêntures	(335.764)	Aumento IPCA	(355.104)	(359.939)	(350.269)	(364.774)	(345.434)
CDI			14,71%	18,39%	11,03%	22,07%	7,36%
Instrumentos derivativos – *swap* ativo	27.341	Diminuição CDI	31.363	32.368	30.357	33.374	29.352
Instrumentos derivativos – *swap* passivo	(12.994)	Aumento CDI	(14.905)	(15.383)	(14.428)	(15.861)	(13.950)
Aplicações financeiras	28.941	Diminuição CDI	33.199	34.263	32.134	35.327	31.070
Impacto no resultado				**1.592**	**(1.592)**	**3.184**	**(3.184)**

30. Transações sem efeito caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia teve as seguintes transações não caixa, que não foram apresentadas nas Demonstrações dos fluxos de caixa:

Transações sem efeito caixa	**2024**	**2023**
Dividendos mínimos propostos a pagar	14.804	2.960
Resultado no exercício	(14.804)	(2.960)
Juros capitalizados imobilizado	-	(3.903)
Juros capitalizados debêntures	-	3.903
Instrumento financeiro derivativo	(23.123)	(3.823)
Receitas financeiras	(29.541)	7.602
Despesas financeiras	52.664	(3.779)
Ativo de direito de uso	1.132	7.703
Passivo de arrendamento	(1.132)	(7.703)
Baixas de direito de uso	2.536	54
Reversão de amortização	(2.536)	(54)
	-	-

31. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens próprios sujeitos a riscos e relativos às responsabilidades para com terceiros em função da sua atividade por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Natureza da cobertura	**Montantes segurados**
Operador Portuário (Responsabilidade Civil)	159.033
Riscos Nomeados Operacionais	141.929
Riscos Ambientais	38.620
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores D&O	30.896

Matheus Ruiz Santiago
Diretor Presidente

Ricardo Wiering de Barros
Diretor Administrativo Financeiro

Francisco Carlos Baltazar de Queiroz
Contador - CRC 1SP197903/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **AGEO Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da AGEO Leste Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento da receita de prestação de serviço de armazenagem (Notas 1, 7 e 26)

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1, 7 e 26 a principal receita da Companhia é decorrente do serviço de armazenagem de granéis líquidos, incluindo etanol, produtos aquecíveis, refrigerados, corrosivos, químicos, petroquímicos, combustíveis, ácidos, óleos minerais e vegetais, produtos alimentícios e especialidades para importação e/ou exportação. A receita proveniente desses serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, com base nos contratos celebrados com os clientes. Quando os pagamentos são realizados antecipadamente, são registrados sob o título de "outras obrigações" e somente são reconhecidos como receita quando os serviços são efetivamente prestados, de acordo com o que foi acordado nos contratos.

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância das receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, entendimento da política e metodologia utilizada pela Companhia no reconhecimento de receitas;

Avaliação dos critérios e premissas adotadas no reconhecimento de receita através de testes substantivos documentais, incluindo confirmações externas com clientes da Companhia;

Também avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Ativo Imobilizado (Notas 3(f) e 12)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrava em suas demonstrações financeiras o montante de R$ 220.673 mil, referente, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura realizados em conexão com o contrato de direito de exploração e uso da Instalação Portuária. A Companhia destina recursos significativos à ampliação e manutenção de seus bens e equipamentos, com o objetivo de expandir, conservar e reparar os ativos imobilizados, além de substituir peças para garantir seu pleno funcionamento. Dessa forma, assegura que os ativos permaneçam dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos para a continuidade dos serviços, em conformidade com o contrato vigente. Dessa forma, a administração da Companhia avalia se a alocação dos gastos deve ser reconhecida como ativo imobilizado ou despesa. Considerando o volume de transações, o julgamento exercido pela administração e a relevância do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras, entendemos que este é um assunto significativo em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para esse assunto incluíram, entre outros: a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para o reconhecimento e a mensuração do ativo imobilizado;

Analisamos em base amostral, a classificação dos investimentos entre ativo imobilizado e gastos de manutenção reconhecidos no resultado do exercício, considerando a natureza desses investimentos;

Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos que o reconhecimento e a mensuração do ativo imobilizado, bem como as respectivas divulgações, são adequados no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior - O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de maio de 2024, sem ressalvas. **Demonstração do Valor Adicionado -** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive asdivulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e oseventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2025.

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2025 22:26:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*